ISSN: 2358-8829

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS PARA O ENSINO DE FRANCÊS NA FRONTEIRA DO AMAPÁ: ANÁLISE DOCUMENTAL DO CONTEXTO EDUCACIONAL

Janaina Pacheco da Costa[1]

RESUMO

Este estudo analisa as políticas linguísticas voltadas ao ensino da língua francesa no estado do Amapá, considerando as especificidades educacionais, socioculturais e geopolíticas da região fronteiriça com a Guiana Francesa. A pesquisa possui abordagem qualitativa, natureza descritiva e fundamenta-se na análise documental de normativas educacionais, documentos curriculares e programas institucionais relacionados ao ensino de línguas estrangeiras. O corpus inclui a Base Nacional Comum Curricular, o Referencial Curricular Amapaense, resoluções do Conselho Estadual de Educação do Amapá, documentos da Secretaria de Estado da Educação e acordos de cooperação internacional. Os resultados evidenciam avanços na institucionalização do francês como língua estratégica no currículo escolar, especialmente em municípios fronteiriços, com ênfase no desenvolvimento de competências comunicativas e interculturais. Também foram identificadas iniciativas voltadas à formação docente, à ampliação do ensino da língua francesa na rede pública estadual e ao fortalecimento de práticas educacionais contextualizadas. Entretanto, persistem desafios relacionados à implementação das políticas linguísticas, como insuficiência de profissionais especializados, desigualdades na oferta educacional, limitações estruturais e necessidade de maior articulação entre diretrizes curriculares e realidade escolar. Conclui-se que o ensino da língua francesa no contexto fronteiriço do Amapá ultrapassa a dimensão curricular, configurando-se como elemento estratégico para integração sociocultural, mobilidade transfronteiriça, valorização da interculturalidade e fortalecimento das políticas educacionais voltadas às particularidades da fronteira amazônica.

Palavras-chave: políticas linguísticas, língua francesa, educação de fronteira, currículo, competências comunicativas.

[1] Mestranda em Ciências da Educação - UAA/PY, Bacharela em Direito e Licenciada em Letras. E-mail: janainatraductrice@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

1 INTRODUÇÃO

A escolha das línguas ensinadas na educação básica é uma decisão curricular, mas também uma decisão política: distribui oportunidades de aprendizagem, legitima determinadas línguas e atribui valores distintos aos repertórios culturais dos estudantes. Por isso, a presença de uma língua no currículo não pode ser compreendida apenas como questão metodológica. Ela envolve relações de poder, concepções de cidadania, prioridades institucionais e condições concretas de acesso ao conhecimento linguístico.

No Amapá, a fronteira com a Guiana Francesa confere especial relevância a essa discussão. O francês ocupa uma posição singular: integra um espaço de contato territorial, circulação de pessoas, cooperação institucional e relações culturais. Essa proximidade oferece condições favoráveis para que a língua seja considerada no planejamento educacional, embora a sua incorporação contínua e equitativa à escolarização pública dependa de decisões curriculares, formação profissional e condições concretas de oferta. A existência de uma demanda territorial e sua tradução em política educacional são dimensões relacionadas, mas distintas.

A trajetória amapaense reúne evidências de institucionalização do ensino de francês, iniciativas de cooperação formativa e instrumentos normativos recentes que reconhecem a possibilidade de oferta de outras línguas segundo características territoriais. Ao mesmo tempo, os referenciais e matrizes gerais examinados explicitam a Língua Inglesa, enquanto ações voltadas ao ensino do Francês aparecem também em programas e projetos específicos. Essa configuração suscita uma questão central: de que maneira a especificidade fronteiriça é incorporada à política linguística educacional e quais tensões surgem entre reconhecimento normativo, currículo e implementação?

O objetivo deste artigo é analisar os instrumentos normativos, curriculares e institucionais relacionados ao ensino de francês na educação pública do Amapá, interpretando-os à luz das políticas linguísticas, da educação de fronteira e da formação para a competência comunicativa e intercultural. Para além de reunir iniciativas, busca-se compreender como os documentos registram a institucionalização da língua e quais aspectos ainda demandam documentação complementar para avaliar a implementação pedagógica.

2 METODOLOGIA

O tratamento do material foi orientado pela análise de conteúdo, tomando como referência Bardin (2016), especialmente a organização sistemática do corpus, a definição de

ISSN: 2358-8829

eixos de leitura e a interpretação das unidades documentais em relação ao problema de pesquisa. Operacionalmente, a leitura foi organizada em três movimentos articulados: leitura inicial e delimitação do material pertinente; exploração e classificação dos documentos segundo os eixos analíticos definidos; e interpretação dos achados, considerando a natureza, a autoria e a força probatória de cada fonte. Essa referência metodológica orienta o procedimento de análise, mas não constitui parte do corpus empírico, formado pelos documentos normativos, curriculares e institucionais examinados.

A pesquisa adota abordagem qualitativa e caráter descritivo-interpretativo, com análise documental. O corpus reúne documentos normativos e curriculares nacionais e estaduais, atos publicados em Diários Oficiais, registros institucionais da Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED/AP), documentos e registros públicos relativos a programas de ensino de francês e à cooperação educacional com instituições da Guiana Francesa, além de literatura acadêmica sobre política linguística e educação em contexto fronteiriço. O levantamento documental teve como data de corte 29 de setembro de 2026.

A seleção observou pertinência temática e territorial, autoria institucional, natureza da fonte e contribuição para compreender formulação ou implementação da política. Os atos normativos e os documentos oficiais foram tratados como fontes primárias quanto ao que estabelecem formalmente. Notícias institucionais foram consideradas registros de ações anunciadas ou reportadas, não provas autônomas de impacto. Estudos acadêmicos foram utilizados para contextualizar e interpretar os documentos, sem substituir os instrumentos oficiais quando a afirmação exigia comprovação jurídica.

A leitura foi orientada por quatro eixos analíticos: (i) concepção de política linguística e distribuição de legitimidade entre línguas; (ii) relação entre território, fronteira e currículo; (iii) formação docente e competência comunicativa/intercultural; e (iv) distância entre previsão normativa, organização curricular e oferta relatada. Esse procedimento permitiu distinguir três planos que não devem ser confundidos: a autorização ou preferência prevista em norma, a presença da língua em referenciais e matrizes curriculares e a oferta efetivamente reportada por escolas ou programas.

A documentação pública consultada oferece evidências relevantes sobre a trajetória institucional, as orientações curriculares e as iniciativas de implementação. Para algumas dimensões como carga horária, distribuição territorial, número de estudantes atendidos, continuidade das ações e resultados de aprendizagem, porém, não foi possível reunir uma série

ISSN: 2358-8829

homogênea de dados. Por isso, o artigo não estima impactos nem atribui causalidade às iniciativas. A disponibilidade de relatórios públicos comparáveis ampliaria as possibilidades de acompanhamento e avaliação; a ausência de documentos localizados neste levantamento não é interpretada como prova de que uma ação não tenha ocorrido.

3 POLÍTICAS LINGUÍSTICAS, CURRÍCULO E COMPETÊNCIA INTERCULTURAL

Spolsky (2004) compreende a política linguística a partir da relação entre práticas linguísticas, crenças sobre as línguas e formas de gestão. Essa perspectiva permite compreender a política para além do conjunto de leis: a norma é uma dimensão importante, mas, isoladamente, é insuficiente para explicar como as línguas são valorizadas nas instituições e quais condições sustentam sua aprendizagem. No campo educacional, a política manifesta-se tanto nos documentos oficiais quanto nas decisões sobre currículo, formação, recursos e continuidade da oferta.

Essa abordagem é particularmente útil para examinar contextos fronteiriços. O território não determina automaticamente a língua que será ensinada, mas produz condições e necessidades que podem ser reconhecidas pelas decisões públicas. Quando a proximidade com a Guiana Francesa é considerada no planejamento educacional, o francês pode ser compreendido como recurso de comunicação, acesso cultural e interação transfronteiriça. A análise documental permite, assim, examinar em que medida essa especificidade territorial se traduz em orientações e oportunidades educacionais.

No campo do ensino de línguas, Hymes (1972) ampliou a noção de competência ao relacionar o conhecimento linguístico à capacidade de usar a língua de modo apropriado em situações sociais. Canale e Swain (1980) sistematizaram dimensões da competência comunicativa, incluindo conhecimentos gramaticais, sociolinguísticos e estratégicos. Essas contribuições ajudam a analisar por que a oferta de francês não deve ser avaliada apenas pela presença nominal da disciplina: importa considerar as oportunidades de uso significativo da língua e a articulação entre objetivos, práticas pedagógicas e contextos de interação.

A dimensão intercultural também é relevante. Byram (1997) associa a aprendizagem de línguas ao desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e capacidades de interpretação e interação entre culturas. Em uma região de fronteira, essa perspectiva contribui para que o francês seja abordado como recurso de comunicação e compreensão mútua, sem reduzi-lo a instrumento utilitário ou a língua de prestígio externo. A educação linguística pode favorecer a

ISSN: 2358-8829

compreensão das diferenças e das relações entre comunidades quando reconhece os repertórios dos estudantes e integra a interculturalidade ao planejamento pedagógico.

Esses referenciais funcionam como lentes interpretativas para examinar orientações, intenções e condições institucionais compatíveis com uma abordagem comunicativa e intercultural. A avaliação do desenvolvimento efetivo dessas competências exigiria evidências complementares, como observação de aulas, entrevistas, instrumentos de avaliação ou dados de aprendizagem.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Institucionalização histórica e cooperação formativa

Os documentos consultados indicam que a institucionalização estadual do ensino de francês antecede os programas recentes. O Decreto estadual nº 1.558/1998 criou o Centro de Língua e Cultura Francesa do Estado do Amapá; o Decreto nº 0128, de 29 de janeiro de 1999, retificou o ato anterior e estabeleceu a denominação Centro Estadual de Língua e Cultura Francesa Danielle Mitterrand. Esses atos constituem evidência primária da decisão de criar uma estrutura pública dedicada à língua e à cultura francesas (AMAPÁ, 1998, 1999). As informações sobre práticas de ensino, formação de professores e intercâmbios são complementadas por fontes retrospectivas, interpretadas de acordo com a natureza de cada registro.

A documentação relativa ao projeto Francophonie et citoyenneté acrescenta a dimensão formativa a essa trajetória. Entre 1999 e 2003, o GREF, então denominado Groupement des Éducateurs Retraités sans Frontières, atuou no Amapá em ações de formação de formadores e professores de francês e na elaboração colaborativa de materiais pedagógicos, conforme a síntese de avaliação externa de Pioch (2005, p. 1–2). Esse registro sugere que a política linguística não se restringiu à criação formal de uma instituição: incluiu também iniciativas de qualificação profissional e produção de recursos para o ensino.

A relevância analítica dessa experiência está na relação entre institucionalização e capacidade de implementação. Uma política linguística se fortalece quando articula estruturas administrativas, professores preparados, materiais adequados e continuidade pedagógica. A documentação consultada permite reconhecer a formação docente como questão estratégica recorrente na trajetória do francês no Estado, sem pressupor continuidade institucional direta entre o projeto do GREF e as iniciativas contemporâneas.

ISSN: 2358-8829

4.2 Organização curricular e reconhecimento territorial do francês

A leitura dos documentos curriculares evidencia uma diferença entre o espaço explicitamente reservado ao inglês e o reconhecimento territorial do francês. A Base Nacional Comum Curricular e os referenciais curriculares amapaenses examinados estruturam a Língua Inglesa como componente curricular, sem apresentar organização equivalente para o francês no quadro geral consultado (BRASIL, 2018; AMAPÁ, CEE/AP, 2021). Essa constatação descreve a organização dos documentos examinados e deve ser lida em conjunto com as possibilidades de oferta previstas na regulamentação estadual.

No plano estadual, a Resolução CEE/AP nº 120/2024 admite a oferta de outras línguas estrangeiras conforme características, necessidades e possibilidades territoriais, com preferência pelo espanhol ou pelo francês (AMAPÁ, CEE/AP, 2024, art. 6º, § 5º). A norma oferece base para que a especificidade fronteiriça seja considerada no planejamento educacional; sua concretização envolve decisões curriculares e de implementação adequadas a cada contexto. A matriz de Ensino Médio homologada pela Resolução CEE/AP nº 009/2025, na versão examinada, explicita o inglês sem incluir o francês como componente autônomo na matriz regular de 3.000 horas (AMAPÁ, CEE/AP, 2025). A Portaria SEED/AP nº 156/2026 instituiu comissão para revisar o plano de ação e a proposta curricular; por isso, a matriz é tratada como a versão documental examinada, sujeita a revisão (AMAPÁ, SEED/AP, 2026).

A análise aponta uma oportunidade de articulação entre a política territorial e a organização curricular. O Referencial Curricular Amapaense para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental foi aprovado e normatizado pela Resolução CEE/AP nº 15/2019 (AMAPÁ, CEE/AP, 2019). O reconhecimento da fronteira como fator relevante constitui uma base importante; sua tradução educacional pode ser fortalecida pela articulação entre normas gerais, referenciais específicos, formação docente e condições de oferta. O Programa Curricular Amapaense: Língua Francesa — Ensino Fundamental, identificado em registros institucionais como documento da SEED/AP de 2022, constitui uma referência específica para o planejamento (AMAPÁ, SEED/AP, 2022). Como não foi localizado, neste levantamento, ato próprio de homologação, o documento é tratado como referência curricular identificada, e não como norma cuja homologação esteja comprovada.

Do ponto de vista das políticas linguísticas, reconhecimento normativo e consolidação curricular são dimensões distintas e complementares. A abertura legal pode legitimar iniciativas

ISSN: 2358-8829

locais; para avaliar o alcance da oferta, são relevantes critérios públicos sobre onde o francês é ofertado, com que carga horária, para quais estudantes e com quais recursos.

4.3 Da oferta reportada à avaliação educacional

Os registros institucionais e a literatura recente apontam iniciativas de oferta do francês na rede estadual e ações focalizadas, entre elas o FrancEscola (OLIVEIRA; REIS; DAY, 2026). Em junho de 2024, a SEED/AP informou que 100 escolas estaduais ofertavam francês; em 2025, o FrancEscola foi lançado como iniciativa específica que reuniu seis unidades em sua primeira fase (AMAPÁ, SEED/AP, 2024, 2025b). Os números se referem a universos distintos — oferta reportada na rede e participação em programa focalizado — e, por isso, não devem ser interpretados como medidas equivalentes de cobertura ou de resultados.

Essa distinção entre a oferta reportada na rede e o grupo participante do FrancEscola ajuda a compreender as diferentes escalas de implementação. As duas frentes podem contribuir para objetivos complementares, mas requerem indicadores próprios para acompanhar regularidade, carga horária, participação estudantil e continuidade.

A documentação permite reconhecer a existência de iniciativas e descrever seu alcance reportado. Para avaliar de modo comparável a equidade da oferta, a continuidade das ações e os resultados de aprendizagem, seriam úteis dados sobre escolas, turmas, carga horária, matrícula, permanência, perfil dos professores e instrumentos de avaliação.

A ampliação da disponibilidade de informações periódicas e metodologicamente consistentes favoreceria o acompanhamento da execução e permitiria distinguir a existência formal de uma ação, sua continuidade e seus resultados. Essa agenda de monitoramento pode apoiar a gestão educacional e dar visibilidade aos esforços já realizados.

4.4 Formação docente e cooperação transfronteiriça

A formação docente aparece como eixo recorrente tanto na experiência histórica do GREF quanto nas iniciativas contemporâneas de cooperação. O Edital nº 012/2025-GAB/SEED previu 23 vagas para o Estágio Amazônico de Francês Língua Estrangeira, com atividades linguísticas, didático-pedagógicas e culturais na Académie de Guyane. Além dos quantitativos divulgados, interessa compreender como a experiência formativa dialoga com as práticas pedagógicas na rede amapaense.

Registros institucionais e estudo acadêmico descrevem instrumentos de cooperação com instituições educacionais da Guiana Francesa que contemplam projetos conjuntos, estágios,

ISSN: 2358-8829

mobilidade e articulação institucional (OLIVEIRA; REIS; DAY, 2026). Esses registros demonstram que a fronteira integra a agenda de cooperação educacional.

A cooperação formativa pode ampliar a interação cultural, educacional e linguística dos envolvidos. Para favorecer sua projeção na escola, é importante acompanhar o planejamento posterior, o apoio pedagógico, os materiais didáticos e as práticas desenvolvidas a partir da formação. Esse acompanhamento também pode orientar a avaliação de contribuições para a aprendizagem, sem atribuir efeitos causais antes de dispor de dados adequados.

A formação para a competência comunicativa e intercultural exige mais do que exposição à língua ou contato cultural episódico. À luz de Hymes (1972), Canale e Swain (1980) e Byram (1997), o planejamento precisa articular uso social da língua, adequação comunicativa e reflexão intercultural. Esses referenciais oferecem critérios para orientar futuras avaliações, mas não substituem evidências empíricas sobre o que acontece nas salas de aula.

4.5 Síntese analítica: condições para uma política linguística de fronteira

Em conjunto, as fontes apontam uma trajetória de institucionalização e consolidação progressiva, marcada por três elementos: a criação de estruturas públicas dedicadas ao francês; o reconhecimento normativo da possibilidade de oferta em função das características territoriais; e iniciativas de formação e cooperação que procuram materializar esse reconhecimento. A singularidade do Amapá está também na possibilidade de converter sua posição fronteiriça em oportunidades educacionais consistentes.

A principal questão analítica é como articular o reconhecimento da relevância territorial do francês aos mecanismos que favorecem sua inserção curricular, a continuidade da oferta e a qualidade do ensino. Programas específicos e arranjos locais podem ampliar experiências; o acompanhamento de sua distribuição entre escolas e municípios ajuda a compreender como essas oportunidades alcançam diferentes comunidades escolares.

A consolidação da política pode ser favorecida pela articulação entre currículo, formação, cooperação e avaliação. Também é importante disponibilizar propostas curriculares, instrumentos de cooperação e relatórios de execução, além de indicadores que permitam acompanhar cobertura, continuidade e aprendizagem. A organização pública desses registros ampliaria as condições para análise científica e planejamento da gestão educacional.

A educação linguística de fronteira deve ser compreendida como direito de acesso ao conhecimento e possibilidade de participação social, para além de sua dimensão diplomática ou econômica. Uma política consistente pode reconhecer a diversidade linguística do território e

ISSN: 2358-8829

criar condições para que a aprendizagem do francês tenha sentido pedagógico, cultural e social para os estudantes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental indica que o ensino de francês no Amapá possui trajetória institucional anterior às iniciativas recentes, com destaque para a criação do Centro de Língua e Cultura Francesa em 1998 e sua denominação como Centro Estadual Danielle Mitterrand em 1999 (AMAPÁ, 1998, 1999). O registro do projeto Francophonie et citoyenneté amplia essa leitura ao evidenciar ações de formação de formadores e professores e elaboração colaborativa de materiais pedagógicos no período de 1999 a 2003 (PIOCH, 2005, p. 1–2).

No cenário contemporâneo, a Resolução CEE/AP nº 120/2024 reconhece, em seu art. 6º, § 5º, a possibilidade de oferta de outras línguas em função das características, necessidades e possibilidades territoriais, com preferência pelo francês ou espanhol (AMAPÁ, CEE/AP, 2024). Essa abertura convive com referenciais e matrizes gerais que explicitam o inglês, enquanto a oferta de francês também é registrada em comunicações institucionais, programas específicos e ações de cooperação (BRASIL, 2018; AMAPÁ, CEE/AP, 2021, 2025; AMAPÁ, SEED/AP, 2024, 2025a, 2025b, 2026; OLIVEIRA; REIS; DAY, 2026). A relação entre essas dimensões constitui o principal achado do estudo.

Os documentos examinados registram iniciativas relevantes e avanços institucionais. Para mensurar de modo consistente a equidade da oferta, a continuidade das ações e os resultados de aprendizagem, será importante ampliar a disponibilidade de dados comparáveis. Assim, a contribuição da pesquisa consiste em caracterizar os avanços documentados e indicar quais evidências podem apoiar o acompanhamento da implementação.

Como contribuição, o artigo propõe uma análise integrada da política linguística para o francês, considerando a norma e os registros de oferta em articulação com currículo, formação docente, recursos, cooperação transfronteiriça e avaliação. Estudos futuros podem complementar a análise documental com entrevistas a gestores e professores, observação de práticas pedagógicas e dados de aprendizagem nos registros da SEED/AP, respeitando os procedimentos éticos aplicáveis. Esse aprofundamento permitirá compreender em que medida a condição fronteiriça se transforma em oportunidade efetiva de educação linguística para os estudantes do Amapá.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 15/2019-CP/CEE/AP. Aprova e normatiza o Referencial Curricular Amapaense (RCA) — Educação Infantil e Ensino Fundamental. Macapá: CEE/AP, 2019.

AMAPÁ. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 020/2021, de 23 de abril de 2021. Homologa o Referencial Curricular Amapaense do Ensino Médio e aprova as matrizes curriculares. Diário Oficial do Estado do Amapá, n. 7.405, 27 abr. 2021. Disponível em: https://seadantigo.portal.ap.gov.br/diario/DOEn7405.pdf?ts=26051819. Acesso em: 5 out. 2026.

AMAPÁ. Conselho Estadual de Educação. Resolução nº 120/2024-CP/CEE/AP, de 30 de dezembro de 2024. Estabelece regras e orientações para o período de transição, que trata sobre procedimentos a serem adotados no Sistema de Ensino do Estado do Amapá, a partir do ano letivo de 2025, na etapa do Ensino Médio, em decorrência da Lei Federal nº 14.945/2024 e da Resolução CNE/CEB nº 2/2024. Diário Oficial do Estado do Amapá, n. 8.319, 30 dez. 2024, p. 57–59. Disponível em: https://editor.amapa.gov.br/arquivos_portais/publicacoes/CEE_55dfd384f6fc0b29757d937e6f17fc45.pdf. Acesso em: 11 out. 2026.

AMAPÁ. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE/AP nº 009/2025, de 3 de fevereiro de 2025. Homologa as matrizes curriculares do Ensino Médio da rede pública estadual. Diário Oficial do Estado do Amapá, n. 8.343, p. 54–68, 3 fev. 2025.

AMAPÁ. Governo do Estado. Decreto nº 1.558, de 20 de maio de 1998. Cria o Centro de Língua e Cultura Francesa do Estado do Amapá. Diário Oficial do Estado do Amapá, Macapá, 1998.

AMAPÁ. Governo do Estado. Decreto nº 0128, de 29 de janeiro de 1999. Retifica o Decreto nº 1.558/1998 e estabelece a denominação Centro Estadual de Língua e Cultura Francesa Danielle Mitterrand. Diário Oficial do Estado do Amapá, Macapá, 1999.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação. Programa Curricular Amapaense: Língua Francesa — Ensino Fundamental. Macapá: SEED/AP, 2022.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação. Governo do Amapá e autoridades francesas alinham criação de escolas bilíngues e fortalecimento de pesquisas na fronteira. 13 jun. 2024. Disponível em: https://seed.portal.ap.gov.br/noticia/1306/governo-do-amapa-e-autoridades-francesas-alinham-criacao-de-escolas-bilingues-e-o-fortalecimento-de-pesquisas-na-fronteira. Acesso em: 5 out. 2026.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação. Edital nº 012/2025-GAB/SEED. Estágio Amazônico de Francês Língua Estrangeira (FLE) 2025. Diário Oficial do Estado do Amapá, n. 8.432, 17 jun. 2025a.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação. Governo do Amapá lança programa FrancEscola para fortalecer ensino da língua francesa no estado. 1 abr. 2025b. Disponível em: https://educa.amapa.gov.br/noticia/0104/governo-do-amapa-lanca-programa-francescola-para-fortalecer-ensino-da-lingua-francesa-no-estado. Acesso em: 5 out. 2026.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação. Portaria nº 156/2026-GAB/SEED, de 25 de setembro de 2026. Institui comissão para revisão do Plano de Ação do Ensino Médio e da proposta pedagógica curricular. Diário Oficial do Estado do Amapá, n. 8.749, 25 set.

2026. Disponível em: https://diofe.portal.ap.gov.br/portal/edicoes/download/10113. Acesso em: 5 out. 2026.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF: MEC, 2018.

BYRAM, Michael. Teaching and assessing intercultural communicative competence. Clevedon: Multilingual Matters, 1997.

CANALE, Michael; SWAIN, Merrill. Theoretical bases of communicative approaches to second language teaching and testing. Applied Linguistics, Oxford, v. 1, n. 1, p. 1–47, 1980.

HYMES, Dell. On communicative competence. In: PRIDE, J. B.; HOLMES, Janet (ed.). Sociolinguistics: selected readings. Harmondsworth: Penguin, 1972. p. 269–293.

OLIVEIRA, Hemily da Silva; REIS, Jaqueline Nascimento da Silva; DAY, Kelly Cristina Nascimento. Ações de internacionalização na educação pública do estado do Amapá (2018–2025): uma análise dos acordos e Parâmetros Nacionais. Revista da ABRALIN, v. 24, n. 2, p. 200–224, 2026. DOI: 10.25189/rabralin.v24i2.2343.

PIOCH, Lilian. Synthèse du rapport définitif en français: synthèse de l'évaluation externe du projet Francophonie et citoyenneté. Avaliação realizada em novembro de 2004; relatório final recebido em janeiro de 2005. [S. l.]: [s. n.], 2005.

SPOLSKY, Bernard. Language policy. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.